

Orientação Metodológica n.º 3/2014

Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais - Orientações para a elaboração das provas previstas no Artigo 22º da portaria nº 135-A/2013, de 28 de março

I. Enquadramento

A portaria nº 135-A/2013, de 28 de março, que regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), estabelece que, no âmbito dos processos de RVCC, a certificação de competências, por parte do adulto, é feita através da realização de uma prova.

Nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais, esta prova deverá orientar-se para a demonstração de um conjunto alargado de competências mobilizáveis no contexto do exercício de uma profissão.

II. Objeto de avaliação

A prova tem por base o referencial de RVCC – competências profissionais da saída profissional sob avaliação, em função do resultado da etapa de reconhecimento, i.e., das Unidades de Competência validadas.

Assim, a prova deverá dizer respeito apenas ao referencial de RVCC – competências profissionais utilizado no processo de RVCC do adulto e às Unidade de Competência (UC) validadas, devendo ter um grau de complexidade adequado ao nível da qualificação sob avaliação (nível 2 ou nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações).

III. Tipologia de prova

No RVCC profissional, privilegia-se a realização de provas práticas, tendo em conta que este processo está ligado à atividade profissional concreta dos adultos. No entanto, face à diversidade de saídas profissionais que dispõem de referenciais de RVCC profissional no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), as provas poderão ter cariz oral ou escrito, quando, em função das características do referencial e da profissão em causa, seja manifestamente impossível a realização de prova prática. Poderão também ser conjugadas várias tipologias (por exemplo, prova prática com componente oral), quando o espetro de competências a avaliar assim o exija.

Em qualquer dos casos, a prova deverá ser abrangente e permitir avaliar uma parte representativa do referencial de RVCC – competências profissionais sob avaliação, valorizando-se a apresentação de solução ou soluções para uma ou mais situações-problema, em que seja possível demonstrar um conjunto alargado de competências, no âmbito do referencial sob avaliação, e consequentemente, da atividade profissional. Neste sentido, no enunciado da prova deverá constar a identificação da(s) situação(ões)-problema, bem como a(s) atividade(s) que devem ser desenvolvidas pelos adultos para a sua resolução.

No âmbito da prova, poderão ser apresentadas situações de natureza diversificada, das quais se apresentam alguns exemplos:

- Um problema concreto, relativamente ao qual o adulto realize um diagnóstico e identifique possíveis soluções para a sua resolução;
- Uma situação de anomalia e erro, na qual o adulto identifique e aplique medidas corretivas e de prevenção;
- Uma situação, na qual o adulto deverá introduzir melhoramentos, ao nível de um sistema e/ou processo.

Caberá, pois, à equipa do CQEP definir o tipo de situação(ões)-problema que melhor se adequa à qualificação em causa e a cada adulto em concreto (em função do seu percurso ao longo do processo de RVCC).

IV. Critérios de Avaliação

Prova Prática:

- Identificação do problema/situação problemática e das suas variáveis
- Planeamento do trabalho
- Cumprimento da sequência de trabalho adequada
- Mobilização adequada de conhecimento conceptual e técnico
- Seleção e utilização adequada de espaços, equipamentos, ferramentas e materiais
- Destreza do gesto profissional
- Economia de tempo e materiais
- Tempo de execução
- Cumprimento de regras de SHT
- Inovação/Criatividade
- Qualidade do resultado final

Prova escrita:

- Adequação da resposta à situação-problema apresentada
- Clareza da resposta
- Contextualização da resposta
- Nível de detalhe da resposta
- Inovação/Criatividade
- Utilização de vocabulário técnico específico à qualificação

Considerando que nos processos de RVCC profissional se valoriza a componente prática, a prova escrita deverá ser realizada apenas nas situações em que a possibilidade de demonstração prática não exista ou nas qualificações em que a componente escrita seja uma das competências inerentes à própria qualificação.

Prova oral:

Os critérios de avaliação da prova oral deverão ser os mesmos da prova escrita.

Nesta prova, poderá ser utilizada a estrutura do guião de entrevista adaptada à situação concreta do adulto e ao resultado do seu processo de reconhecimento e validação de competências.

Em qualquer uma das tipologias de prova poderão ser avaliados a totalidade dos critérios ou só parte deles. A equipa do CQEP deverá assinalar os critérios que são aplicáveis em função da especificidade da prova.

V. Duração

A duração da prova poderá variar em função da qualificação sob avaliação e do número de Unidades de Competência validadas pelos adultos. No entanto, a mesma não deverá exceder as 8 horas, no caso de provas em que é privilegiada a componente prática, e as 3 horas, nos casos em que é privilegiada a componente oral/escrita.

VI. Recursos (materiais, equipamentos, ferramentas, etc.)

Os recursos necessários à realização da prova deverão ser identificados no respetivo enunciado e disponibilizados aos adultos. A equipa do CQEP deverá assegurar que estão reunidas as condições adequadas em termos de recursos, no local onde as provas irão decorrer.

Sempre que a equipa do CQEP considere que, para a realização da prova, é importante que haja uma adaptação aos equipamentos, materiais e/ou tecnologias a mobilizar pelo adulto no âmbito da mesma, deverá proporcionar essa possibilidade ao longo da etapa de reconhecimento e validação de competências, ou em momento anterior à prova.

VI. Estrutura da prova

Na sua estrutura a prova deve integrar obrigatoriamente:

- a) Identificação do CQEP;
- b) Identificação do adulto;
- c) Data de realização;
- d) Nível de qualificação;
- e) Saída profissional;
- f) Tipologia(s);
- g) Duração;
- h) Recursos;
- i) Conteúdos (situação (ões)-problema enquadradora(s) e explicitação das atividades a ser desenvolvidas);
- j) Critérios de avaliação aplicáveis e respetivas pontuações;

VII. Classificação da prova

A classificação da prova é expressa numa escala de 0 a 200, cabendo à equipa a definição da pontuação a atribuir aos critérios de avaliação aplicáveis a cada situação-problema/atividade.

De forma a garantir a adequada classificação da prova e a efetiva aplicação dos critérios de avaliação, deverá ser elaborada e entregue ao júri uma ficha de caracterização da mesma, na qual constem:

- A solução ou soluções para o problema/situação problemática colocada;
- As condições de contexto necessárias à sua realização;
- Os critérios de avaliação e respetivas pontuações;
- Ficha de registo das pontuações a atribuir pelo júri a cada critério com espaço para eventuais observações de natureza qualitativa.

VIII. Certificação

Compete ao júri de certificação:

- Avaliar e classificar as provas e proceder ao seu registo;
- Atribuir o tipo de certificação, total ou parcial, a cada adulto;
- Colaborar com o CQEP na elaboração do plano pessoal de qualificação, sempre que aplicável (no caso de certificações parciais).

Na sequência da realização da(s) prova(s), o júri deverá reunir no sentido de atribuir a classificação à prova de cada adulto. Deverá ser também preenchida e assinada a ata de sessão de certificação.

Após decisão do júri e já na presença do adulto, o presidente do júri deverá comunicar o resultado da avaliação da prova e fazer um breve comentário sobre a mesma, destacando os pontos fortes e aspetos a melhorar, devendo também comunicar o tipo de certificação (total ou parcial) obtido.

Na sequência da apresentação do resultado da prova por parte do júri, o técnico de ORVC e/ou o formador que acompanharam o processo de RVCC do adulto deverão fazer uma apreciação sobre o mesmo.

IX. Observações finais

A prova é individual e realizada presencialmente. No entanto, caso não seja comprometida a avaliação rigorosa e individual de cada um dos adultos, podem ser realizadas provas em simultâneo, tendo em conta a capacidade instalada no local de realização da prova.

A prova deve ocorrer, desejavelmente, no mesmo espaço onde foi realizado o processo de reconhecimento e validação de competências.

Não há lugar à repetição de provas, existindo apenas a possibilidade do seu adiamento por motivos atendíveis pelo CQEP.

O enunciado da prova e os instrumentos de registo utilizados para a certificação de competências são, obrigatoriamente, depositados até 3 dias úteis após a sua aplicação no banco de provas disponibilizado na plataforma *Microsoft Office 365*.